Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo
Ata da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal
15 de junho de 2021

Aos quinze dias do mês de junho de 2021, às 15 horas, os membros do Conselho Fiscal da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo reuniram-se por meio de videoconferência, através da plataforma Google Meet (link: https://meet.google.com/huh-mgpc-gzz), para participarem da 34ª Reunião Ordinária do Conselho de Fiscal (CF). Participaram os seguintes **conselheiros titulares**: João Carlos de Melo, representando o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Márcio Tadeu Pedrosa, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e Tarcísio de Paula Cardoso, representando a Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha (ACOMCHAMA). Participou como **conselheiro suplente**: Weber Coutinho, representando a Associação Comunitária de Recuperação da Bacia da Pampulha. **Participaram também**: Célia Maria Brandão Froes, Mateus Barros, Ohany Vasconcelos Ferreira, Rúbia Santos Barbosa Mansur, Simone dos Santos Reis, Taís Guimarães e Thiago Batista Campos, pela Agência Peixe Vivo; José Pereira Azevedo pela Contabilidade Conafe e Luiza Baggio, pela comunicação. O presidente do Conselho Fiscal, João Carlos de Melo, assume os trabalhos e após a verificação do quórum inicia a reunião em primeira convocação, fazendo a leitura da seguinte pauta: item 1. Abertura e verificação de quórum; item 2. Aprovação da ata da 33ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 15 de março de 2021; item 3. Apresentação dos relatórios financeiros dos contratos de gestão do IGAM e ANA, período de janeiro abril de 2021; item 4. Apresentação do planejamento de investimentos para 2021 (BI) dos contratos de gestão IGAM e ANA e item 5. Assuntos gerais e encerramento. João Carlos de Melo sugere iniciar as reuniões do CF com a palavra aberta aos conselheiros e a proposta é aceita por todos os presentes. Com a palavra Tarcísio Cardoso retoma a possibilidade de aumento no número de membros do Conselho Fiscal. Justifica, dentre outras coisas, a dificuldade em conseguir novos representantes para o Conselho, considerando que são cargos voluntários e de muita responsabilidade. Célia Froes diz que o assunto não chegou a ser discutido na última Assembleia Geral que focou na aprovação das prestações de contas. Comenta que houve discussões a respeito na reunião do Conselho de Administração (CA), mas sem continuidade. Fala que a formatação atual, com 3 (três) membros titulares, do CF foi proposta do Vítor Feitosa que havia feito um curso específico de governança de administração de conselhos. Completa que por coincidência a auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) organizou recentemente uma capacitação para todos os conselheiros das Entidades Delegatárias (ED), momento no qual foi explicado que de acordo com a metodologia de governança, a composição dos conselhos das grandes empresas do Brasil é de três elementos. Célia pede que Simone envie o material da capacitação para os conselheiros. Márcio Pedrosa diz que participou da capacitação e que muito embora entenda a preocupação de Tarcísio em relação à segurança na tomada de decisão e avaliação das contas, foi apresentado pela ANA que a expansão do CF é questionável. Simone Reis lembra que um dos encaminhamentos da última reunião foi que os membros do CF iriam criar um grupo de trabalho (GT) para discutir e justificar a proposta de nova composição do Conselho e formalizar para o presidente do CA. Célia Froes completa que a alteração no número de conselheiros tem que ser feita por meio da alteração do Estatuto Social da Agência Peixe Vivo e precisa ser aprovada pela Assembleia Geral. Ressalta que quem deve encaminhar a proposta à Assembleia Geral é o presidente do Conselho de Administração. João Carlos explica que entendeu que a solicitação verbal feita na reunião do CA seria suficiente para dar seguimento ao pleito. Finaliza encaminhando que o CF irá trabalhar uma minuta de documento de nova composição para apresentar ao presidente do CA. Na sequência, Célia Froes justifica a ausência da Gerente de Administração e Finanças devido à licença médica e da auditoria independente, considerando que a Agência está realizando novo processo licitatório para contratação dos serviços de auditoria independente, tendo em vista que o contrato finalizou. Explica que os contratos continuados podem ser renovados por até 5 anos, mas que a Reis e Reis Auditores poderá concorrer novamente e se apresentar a melhor proposta, além da regularidade fiscal, será contratada. **Item 2. Aprovação da ata da 33ª reunião do Conselho Fiscal.** Na sequência, o presidente do Conselho Fiscal coloca a ata da 33ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 15 de março de 2021, em aprovação. A ata é aprovada com duas correções pontuais solicitadas por Tarcísio Cardoso que elogia o nível de detalhamento do texto. **Item 3. Apresentação dos relatórios financeiros dos contratos de gestão do IGAM e ANA**. A Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, Célia Froes, explica que os relatórios foram enviados para os conselheiros de forma mais simplificada, com informações financeiras do período de janeiro a abril de 2021, pois a Agência Peixe Vivo começou a trabalhar com a ferramenta de Power BI que trará o detalhamento da execução dos projetos. Iniciando pelo Contrato de Gestão 014/ANA/2010 – CBH rio São Francisco, fonte 116 (cobrança) diz que a ANA realizou o repasse de quase 3 milhões de reais residuais do ano de 2020 e que até o final de abril, período dos dados apresentados, não havia ainda nenhum repasse referente ao exercício de 2021. Do valor depositado calculou-se 7,5% referente ao custeio administrativo da Agência (224 mil) e considerando os rendimentos chegou-se a 281 mil. Completa explicando que foi transportado de 2020 para 2021 o saldo negativo de 240 mil, porém ressalta que se o repasse tivesse sido feito em 2020 não haveria valor negativo. Fala que as despesas de custeio em abril chegaram a 637 mil, mantendo o saldo orçamentário negativo. Reitera a ausência de repasse do exercício de 2021 e explica que assim que a situação for regularizada a Peixe Vivo fará também o ajuste orçamentário. Completa que o valor gasto em custeio está

dento do planejado. Em relação aos investimentos fala que até abril foi executado aproximadamente 6 milhões e duzentos mil e que a previsão de desembolso em 2021 está em torno de 28 a 30 milhões. Comenta que a expectativa é que o desembolso seja maior no segundo semestre devido à execução de projetos mais robustos. Finaliza apresentando o saldo disponível em conta em abril (114 milhões e seiscentos mil), mas destaca que o recurso está comprometido com o planejamento já realizado no Plano Plurianual de Aplicações (PAP) até 2025. Na sequência, Célia Froes passa para o Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 – CBH rio Verde Grande. Inicia a apresentação falando que a arrecadação dos recursos da cobrança é baixíssima e assim como no São Francisco, houve apenas um repasse residual do exercício de 2020 (19 mil). Explica que já havia em conta o valor de 220 mil e considerando a aplicação financeira chegou-se a 240 mil. As despesas de investimento são da ordem de 64 mil. Ressalta que a baixa arrecadação prejudica o desenvolvimento e proposição de projetos. Diz que o saldo disponível de custeio da fonte 116 era de 10 mil e já foi utilizado cerca de 6 mil e quinhentos reais. Completa que a previsão de arrecadação para 2021 é 156 mil. Destaca finalmente que a ANA repassa do seu orçamento próprio 350 mil que são utilizados para pagamento do salário e encargos de funcionários (1 funcionária em Montes Claros e parte do salário de 3 funcionários em BH); aluguel, dentre outras despesas. Márcio Pedrosa pergunta por que o recurso adicional não apareceu no relatório financeiro e Célia explica que o relatório engloba apenas os recursos da cobrança e que a prestação de contas do recurso adicional é feita no fim do ano. Com relação ao Contrato de Gestão nº 03/IGAM/2017 – CBH rio das Velhas, a Diretora Geral informa que o Estado está cumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e repassando em parcelas o recurso contingenciado e de forma integral das novas arrecadações. Explica que em 2021 não foram emitidos boletos e que em março o Estado aprovou um Decreto que altera a metodologia da cobrança. Na prática o usuário irá primeiro utilizar o recurso hídrico para no ano seguinte passar por uma aferição do que foi efetivamente usado para só então ser cobrado. Comenta que o prazo para transição e adaptação ao normativo é de 3 anos. Diz ainda que a Agência e os Comitês estão buscando um alinhamento com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) para que a transição não seja feita de uma só vez, sob o risco de prejudicar a manutenção das Entidades Equiparadas, além da execução dos projetos. Continua falando que os repasses realizados em 2021 se referem ao 4º trimestre de 2020, sendo 200 mil de custeio e 2 milhões e seiscentos de investimento. A soma do valor transportado de 2020, dos repasses e aplicações financeiras chega a 37 milhões e quatrocentos mil. Informa que o saldo de custeio em abril era de 400 mil reais e que as despesas estão dentro do planejado. Em termos de investimento diz que previsão de execução em 2021 é muito boa, aproximadamente 7 milhões. Apresenta ainda uma tabela com a situação dos valores parcelados pelo TAC até 2024 e conclui que do total geral de R$ 35.209.814,29, o saldo de custeio de 400 mil está totalmente comprometido. Do saldo de investimento de 34 milhões e setecentos mil, o montante de 11 milhões e meio está comprometido com os projetos em execução e em processo de contratação previstos no Plano de Investimento Anual (PIA) de 2021. Para os anos de 2022 e 2023, estão previstos no Plano de Aplicação Plurianual (PPA) investimentos da ordem de 15 milhões e seiscentos mil e 16 milhões e duzentos mil respectivamente, ou seja, são mais de 40 milhões comprometidos com os investimentos já previstos. Célia Froes comenta ainda sobre o Programa de Conservação e Produção de Água que será lançado na bacia do Velhas. Diz que um dos objetivos é reduzir a pulverização dos projetos e aplicar os recursos de forma mais assertiva possível, além de se adequar a quantidade de ações à realidade operacional da Agência. Dando continuidade, Célia Froes inicia a apresentação sobre o Contrato de Gestão nº 01/IGAM/2016 – CBH do rio Pará dizendo que foram vários anos sem receber nenhum recurso para investimento, mas que, assim como no Velhas, o Estado vem cumprindo com o acordo firmado. Até abril foi recebido pouco menos de 2 milhões. Considerando as receitas, aplicações e saldo transportado de 2020 para 2021, chega-se ao somatório de 3 milhões e setecentos e mil. Informa que as despesas com custeio são baixas (cerca de 60 mil reais) e que com o recurso de custeio do Pará foi possível reforçar a equipe de funcionários da Agência. Em relação aos investimentos diz que o Programa de Conservação e Produção de Água foi lançado e muito bem recebido. Conclui que do valor total geral de 3 milhões e seiscentos, o saldo de custeio de 400 mil está totalmente comprometido. Do saldo de investimento de 3 milhões e duzentos mil, o montante de 1 milhão e cem mil reais está comprometido com os projetos em execução e em processo de contratação previstos no PIA de 2021. Para os anos de 2022 e 2023, estão previstos no PPA investimentos na ordem de 8 milhões e seiscentos mil e 5 milhões respectivamente, ou seja, são 14 milhões e oitocentos mil comprometidos com os investimentos já previstos no PPA. Márcio Pedrosa pergunta se o escritório do CBH do rio Pará está montado e Célia diz que foi estruturado um escritório em Pará de Minas, mas considerando a ausência de repasses até 2020 e a pandemia do coronavírus, o escritório foi desmontado, mantendo-se a funcionária de apoio ao Comitê em regime de *home office*. Disse que no momento essa forma de organização vem funcionamento bem, mas que se necessário o escritório pode ser remontado. Tarcísio Cardoso comenta que a simplificação dos relatórios gerenciais facilitou o entendimento dos conselheiros. **Item 4 Apresentação do planejamento de investimentos para 2021 (BI) dos contratos de gestão IGAM e ANA.** Com a palavra Mateus Barros, coordenador de tecnologia da informação (TI) da Agência Peixe Vivo, apresenta o planejamento de investimentos através

da ferramenta de *business intelligence* (BI). Inicia explicando que o Power BI busca as diversas fontes de dados já existentes nas empresas e consolida de forma a simplificar a apresentação dos resultados. Demonstra o local em que o painel foi inserido no site dos Comitês e da própria Agência e em seguida apresenta suas funcionalidades. Explica que através de informações gráficas é possível acompanhar o valor planejado para investimento no ano; o valor executado e o saldo, com respectivos percentuais, além da quantidade total de subações previstas. Completa informando sobre a possibilidade de identificar as ações que estão em licitação, em execução, concluídas e ainda não iniciadas. Finaliza dizendo que o painel interativo permite a obtenção de dados específicos por componente, subcomponente, ação programada, atividade e subação do Plano Orçamentário Anual (POA) e ainda por gerência (Projetos, Integração, Administração e Finanças ou Gestão Estratégica), status e fiscal. Célia complementa que os dados apresentados no painel de BI estão atualizados até maio e que o compromisso da Agência Peixe Vivo é realizar até o dia 11 de cada mês a atualização das informações do mês anterior. Destaca que o BI vem sendo apresentado para as diretorias dos Comitês para, dentre outras coisas, chamar atenção para a quantidade de ações, incompatíveis com a capacidade operacional da Agência. Ressalta também que o controle das informações sempre foi muito rigoroso na Agência Peixe Vivo mesmo antes do BI. Rúbia Mansur diz que vai sugerir uma apresentação do resultado dos investimentos pelo BI na última Plenária do ano de cada Comitê, com o objetivo de atualizar os conselheiros a respeito do andamento das ações e criar a cultura do acesso ao painel. Comenta ainda que a plataforma foi desenvolvida pelo coordenador de TI da Agência Peixe Vivo, mas que todos os funcionários colaboram alimentando as informações nos demais bancos de dados que subsidiam o BI. Márcio Pedrosa acessa e interage com a ferramenta durante a reunião, elogia a funcionalidade e facilidade de navegação e sugere que seja incluída a data da última atualização de dados no painel inicial. João Carlos fala sobre um programa desenvolvido pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) que é ilustrativo e pode contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho realizado pela Agência Peixe Vivo. Pede que Mateus avalie também um programa de mapeamento da NASA. **5. Assuntos gerais e encerramento.** Dando continuidade, Célia Froes diz que na última reunião, o presidente do Conselho Fiscal, João Carlos Melo levou ao conhecimento dos demais conselheiros que havia participado de uma reunião do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG e que uma assessora do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) citou um problema com uma Entidade Delegatária que precisou devolver uma grande quantidade de recurso, e que o mesmo ficou apreensivo se poderia ser a Agência Peixe vivo. Célia Fróes completa dizendo que, para entender melhor o que havia ocorrido, entrou em contato com a assessora do MDR, Sra. Verônica, e foi esclarecido que não se trata da Agência Peixe Vivo e sim do IBIO. Na sequência, Simone Reis informa que a próxima reunião do Conselho Fiscal está agendada para 13/09. João Carlos pede que seja confirmada a disponibilidade dos conselheiros em data próxima à prevista para a reunião. Célia Froes comenta que o mandato do presidente do CF irá encerrar-se no dia 29 de outubro de 2021 e que o Conselho deve avaliar se será mantida a reunião ordinária de 13/09 ou se é vantajoso postergá-la para que a reunião ordinária seja realizada juntamente com a eleição. Simone Reis irá acompanhar o encaminhamento. Ato contínuo, Tarcísio Cardoso pergunta sobre o livro do CBH rio das Velhas e Ohany Ferreira fala que ele será lançado na próxima Plenária deste Comitê no dia 29/06. Não tendo mais assuntos a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, será assinada pelo Presidente do Conselho Fiscal e Secretária *ad hoc*.

João Carlos de Melo
Presidente do Conselho Fiscal

Simone dos Santos Reis
Secretária *ad hoc*